

## Ata da 36ª (Trigésima Sexta) Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba.

Aos dias 19 de junho de 2024, através da plataforma Microsoft Teams; aconteceu a 36ª (Trigésima sexta) Reunião Extraordinária do CBH do Rio Paraopeba. Devido à ausência do presidente, Sr. Heleno Maia Santos Marques do Nascimento, a reunião foi presidida pela vice-presidente, a Sra. Natália de Vasconcelos Soares Aleixo, que iniciou agradecendo a presença de todos. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Maria de Lourdes Amaral Nascimento – IGAM, Lauro Batista Tuler – IEF, Guilherme de Oliveira Leão – SEAPA, Fúlvio Rodriguez Simão – EPAMIG, Wagner Santos Fanni – EMATER, Fernanda Cristina Ferreira Lobo – ARMBH, Luciane Linces dos Santos - ARSAE-MG, Ednard Barbosa de Almeida - Município De Betim, Nívia Maria Abelha - Município De Betim, Viviane Das Graças Rodrigues Pires - Município De Ouro Preto, Natália de Vasconcelos Soares Aleixo - Município De Jeceaba, Breno Henrique Da Silva Ramos - Município de Pompéu, Weber Coutinho - Município de Ibirité, Marina Amaral Ferreira - Município De Rio Manso, Rafaela Lages de Lima - Município de Caetanópolis, Bianca da Silva Paulino - Instituto Inhotim, Alessandro de Oliveira Palhares – COPASA, Rafael Tavares De Lucena Lotti Vieira – IBRAM, Paulo Henrique De Souza Lino - Sindicato Dos Produtores Rurais De Pompéu, Priscila Gonçalves Couto Sette Moreira – FIEMG, Alison Frederico Medeiros Ferreira - Gerdau Açominas, Gabriel Maciel dos Reis - Ardósias Figueiredo & Almeida Ltda, Guilherme da Silva Oliveira – FAEMG, Larissa Manoelle Da Silva - Belmont Agropecuária Ltda, Vanessa Cardoso Buzzi - Vale S.A., Karla Franco Brandão – Sindieextra, Liliane Cristina De Almeida - Mineração São José Da Lagoa Ltda, José Antônio da Cunha Melo – ABES, Naiara Dias de Barros - CRBIO-04, Cibelle Regina Nunes – OAB, Arnaldo Freitas de Oliveira Junior - CEFET MG, Altino Rodrigues Neto - Instituto Ibi Auá e Winston Caetano de Souza - Associação Ambiental Veredas e Cerrados. A presidente em exercício, Natália de Vasconcelos, verificou com o auxiliar administrativo acerca do quórum, que no momento do início da reunião era de 26 conselheiros. Sendo que durante a reunião, houve a presença total de 33 conselheiros. Diante disso, ela deu início a reunião, houve a execução do hino nacional brasileiro, em seguida o A presidente da reunião, Natália de Vasconcelos, colocou o seguinte ponto de Pauta **Capacitação quanto as regras e procedimentos afetos ao Contrato de Gestão celebrado entre o Igam e a Entidade Equiparada, com a interveniência do CBH.** A presidente em exercício, Natália de Vasconcelos, perguntou aos representantes do IGAM, quem seria o responsável pela apresentação. A Sra. Giuliane Almeida, analista ambiental, então, se apresentou, indicando a apresentação. Colocando uma apresentação demonstrando os detalhes acerca do contrato de gestão, as suas competências, as competências da entidade equiparadas, sobre o órgão gestor, os principais normativos elaborados pelo IGAM, A Sra. Giuliane Almeida explanou os principais detalhes do pontos apresentados, esclarecendo as regras do contrato de gestão e demonstrando as responsabilidades de cada uma das partes. Aos final de sua explicação, questionou se havia alguma dúvida. O conselheiro Altino Rodrigues Neto, representante do Instituto Ibi Auá, perguntou sobre o prazo que o órgão gestor tem para avaliar e validar a prestação de contas, considerando que a entidade delegatária tem um prazo de até 90 dias para apresentar a comprovação, até o final do exercício fiscal. Michael, do IGAM, respondeu que não há uma resposta objetiva para essa questão, pois a análise das prestações de contas está sendo feita e eles estão trabalhando para que ocorra dentro do prazo previsto na norma, que é de 120 a 180 dias. A análise técnica e financeira é realizada a cada vez, mas a aprovação da prestação de contas dependerá do que for constatado. Se tudo estiver dentro das conformidades, eles conseguem finalizar o processo de análise dentro do prazo de 180 dias. Entretanto, se forem necessárias diligências adicionais para resolver irregularidades, o processo pode se prolongar. Destacando que eles estão empenhados em resolver o passivo de prestação de contas e a intenção é que, para as prestações a partir de 2022, o processo seja concluído dentro do prazo de 180 dias estabelecido pela norma. O

conselheiros Altino perguntou sobre o passivo relacionado às prestações de contas de outros comitês do Estado de Minas Gerais. Ele mencionou que sabe que essas prestações estão sujeitas a mudanças na legislação, e que, no passado, algumas prestações de contas foram feitas conforme normas que mudaram posteriormente, comprometendo o CPF de vários dirigentes de comitês de bacia. Altino questionou se é possível pensar em alternativas para evitar isso e resguardar o direito dos membros dos comitês de bacia. Em resposta, o Sr. Michael explicou que o processo de prestação de contas do contrato de gestão é restrito entre a entidade que recebe o recurso, cujo CNPJ é o responsável, e o ordenador de despesa, que no caso da Agência Peixe Vivo é a diretora-presidente Elba. Ela é a responsável pela ordenação das despesas. Michael destacou que a discussão e análise da prestação de contas envolvendo a execução de recursos são tratadas entre a entidade e o comitê, que delibera sobre a destinação do recurso, enquanto a execução é de responsabilidade da entidade. Ele mencionou que, apesar dessa estrutura, há aspectos durante a execução que podem afetar os conselheiros, como por exemplo as diárias. Se um conselheiro não presta contas de um recurso recebido para diárias ou deslocamento, ou não devolve o recurso quando necessário, ele pode ser penalizado. A entidade faz a cobrança administrativa e, se o conselheiro não regularizar a situação, a entidade notifica o IGAM, que toma as medidas cabíveis. Michael ressaltou que, em casos de inércia do conselheiro, as providências necessárias serão tomadas para assegurar a devolução do recurso. Altino levantou uma questão relevante ao grupo, relembrando um histórico de problemas enfrentados devido a modificações na legislação. Ele mencionou que, no passado, alguns conselheiros foram penalizados devido a alterações legislativas ocorridas após a prestação de contas. Para evitar que isso ocorra novamente, Altino sugeriu que seja deixado claro que a prestação de contas deve corresponder à legislação vigente no momento em que foi realizada. Isso, segundo ele, seria uma proteção adicional para todo o processo, para a entidade delegatária, para os conselheiros e para todos os envolvidos. O conselheiros também questionou sobre a recente mudança na lei do FHIDRO, especificamente sobre a permissão de até 20% das despesas de custeio, que será deliberado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Ele mencionou que os atuais 7,5% representam uma verdadeira camisa de força e perguntou quais critérios estão sendo considerados para aumentar esse percentual para o necessário para as atividades meio. Em resposta, o Sr. Michael esclareceu que houve uma alteração na Lei nº 3.199 em janeiro de 2024, permitindo que até 20% do arrecadado com a cobrança possa ser destinado ao custeio administrativo do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Tradicionalmente, essa parcela é destinada às entidades delegatárias. No entanto, essa alteração condicionou essa destinação à aprovação do Conselho Estadual. Portanto, o percentual exato, até 20%, depende da aprovação do Conselho Estadual. Ele esclareceu que estão trabalhando em uma revisão do decreto do contrato de gestão. No momento da deliberação, seja da equiparação ou da aprovação do próprio contrato, o comitê já apresentará e aprovará o percentual, que será então submetido ao Conselho Estadual para aprovação. Esse percentual vigorará durante o contrato de gestão e poderá ser revisto se necessário. Além disso, o Sr. Michael mencionou que estão discutindo com o Conselho os critérios e requisitos que devem ser observados tanto pelos comitês quanto pelas entidades ao pleitear um percentual de custeio. No caso específico do Paraopeba, onde o percentual atual é de 7,5%, qualquer alteração dependerá da aprovação do Conselho Estadual e será refletida em um aditivo ao contrato de gestão. O conselheiro Altino, do Instituto Ibi Auá, fez um comentário declarando que o esclarecimento do Sr. Michael trouxe um novo alento ao grupo. Ele parabenizou o Sr. Michael pela excelente colocação e destacou que a possibilidade de ampliar a questão do custeio é um alívio significativo. Altino reconheceu a complexidade do Comitê do Paraopeba, especialmente devido aos desafios inerentes a uma área de mineração e sua localização na região metropolitana de Belo Horizonte. Ele mencionou que, devido a essas condições, ações disciplinares serão inevitáveis no território de Paraopeba, expressando seu alívio ao saber dessa nova possibilidade de custeio, uma vez que até então não havia nenhuma diretriz clara a esse respeito. Ele fez uma observação final, destacando a importância da pauta do dia, que envolve a avaliação e deliberação sobre a minuta e a capacitação. Ele elogiou a clareza e assertividade das colocações de Giuliane, bem como as explicações de Michael, considerando-as excelentes. No entanto, o conselheiro Altino sugeriu que a capacitação deveria ter sido apresentada com mais

antecedência, para permitir que a plenária tivesse tempo suficiente para avaliar, levantar dúvidas, fazer perguntas e até mesmo propor sugestões. Ele finalizou seu comentário afirmando que um período maior de preparação teria permitido um entendimento pleno sobre a relação do contrato de gestão entre as partes envolvidas. Em seguida, a Sra. Giuliane Almeida, representante do IGAM, continuou a apresentação abordando a necessidade de justificar a locação de veículos específicos, ressaltando que tais justificativas devem ser enviadas à entidade responsável para avaliação, e não mais ao IGAM. Prosseguiu detalhando o programa de trabalho, anexo ao contrato de gestão, que visa avaliar o desempenho das agências de bacia hidrográfica. O programa possui indicadores específicos que medem o cumprimento das metas e a eficácia na aplicação dos recursos, que a entidade deve apresentar um relatório de gestão demonstrando seu desempenho na aplicação dos recursos e mensuração dos resultados, conforme os indicadores definidos. Destacou o indicador de Área Executiva, que avalia o desempenho da entidade na função de secretaria executiva. Este indicador é dividido em dois subindicadores: Transparência e Disponibilidade de Informações, e Atendimento ao CBH. O primeiro verifica a disponibilidade de informações no site do CBH, como contratos de gestão, prestação de contas, atas e deliberações. O segundo avalia a organização e realização das reuniões e atendimento às demandas do comitê, além da mobilização e comunicação social através de canais como por exemplo: Facebook e Instagram. Adicionalmente, mencionou a gestão do conhecimento, onde é aplicada uma pesquisa aos membros do comitê para verificar seu conhecimento sobre a política estadual de recursos. Ressaltou que a falta de resposta a esta pesquisa pode prejudicar administrativamente. Por fim, abordou o plano orçamentário e a eficiência na execução das atividades administrativas, medindo o desembolso real versus o previsto no POA, concluindo sua apresentação colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos aos conselheiros do CBH-Paraopeba. A presidente em exercício, Natália Vasconcellos, agradeceu à Sra. Giuliane Almeida pela apresentação clara sobre a elaboração do contrato. Natália justificou as seguintes presenças: Ednard, do município de Betim, e Luciane, da Arsae, confirmando a participação de ambos na reunião. Informou também que três membros terão que se ausentar às 16:00 devido a compromissos: Vanessa Buzzi, do Vale; Guilherme Leão, da Seapa; e o Professor Arnaldo, do CEFET. O conselheiro Gabriel, da Ardósias Figueiredo, pediu a palavra e questionou sobre o resarcimento de recursos, questionando, pois, anteriormente este recurso era destinado apenas ao pessoal da sociedade civil ou se agora abrangeia também usuários e poder público. Michael, do IGAM, respondeu que o recurso de apoio é para todos os conselheiros, independentemente do segmento. Isso inclui usuários de recursos hídricos, sociedade civil e representantes do poder público estadual e municipal. Todos podem e devem ter suas despesas relacionadas à representação do comitê resarcidas. Michael destacou que o procedimento foi estabelecido para garantir transparência e segurança tanto para os conselheiros quanto para a entidade. Recomendou que, quando o conselheiro for usuário ou representante do poder público estadual ou municipal, apresente uma declaração da sua entidade confirmando que não será custeado com recursos dessa entidade para o evento específico. Esta medida visa evitar questionamentos sobre o uso indevido dos recursos. Assim, ficou esclarecido que o recurso é destinado a todos os conselheiros, sem diferenciação de segmento, com orientação específica para os conselheiros da sociedade civil. O conselheiros então agradeceu o esclarecimento. A presidente em exercício, Natália Vasconcelos, não havendo mais nenhuma manifestação, passou para o ponto de pauta seguinte: **Apresentação, discussão e deliberação da Minuta Contrato de Gestão Igam / Agência Peixe Vivo / CBH Paraopeba:** sugerindo, para agilizar a reunião, destacando que já eram 16 horas e muitas pessoas saem do trabalho nesse horário, a realização da votação por aclamação, por ser de maneira mais rápida, solicitando que apenas quem fosse contra levantasse a mão, a manifestação de quem fosse contra a aprovação desta deliberação, permitindo assim o prosseguimento da reunião de forma eficiente. O sr. Michael, do IGAM, ressaltou a importância de alinhar as regras do contrato de gestão, conforme explicado por Giuliane. Ele esclareceu que no caso do CBH-Paraopeba, está sendo trabalhado um processo de gestão com a agência Peixe Vivo em um período transitório de seis meses. Durante esse tempo, o IGAM continuará prestando apoio administrativo e financeiro, enquanto a entidade trabalhará na sua estruturação para assumir essas funções definitivamente após o período. Destacou que, inicialmente, o IGAM

continuará com as ações administrativas e financeiras, e após seis meses, a entidade assumirá todas as funções burocráticas e administrativas. A presidente em exercício, Natalia Vasconcelos, então prosseguiu com a votação, constatando que ninguém se manifestou contra, concluindo que todos votaram a favor da minuta do contrato. Em seguida, indicou que a senhora Elba Alves, diretora da AGB Peixe Vivo teria a palavra. A Sra. Elba Alves iniciou sua fala cumprimentando a todos e expressando sua satisfação em estar novamente em uma reunião do CBH-Paraopeba. Como diretora geral da agência, mencionou que já conhece alguns participantes e que espera conhecer os demais em breve. Ela registrou que Michael e Giuliane fizeram todos os esclarecimentos necessários e relembrou que as tratativas com o Paraopeba começaram no ano passado, quando ela assumiu a direção da agência. A sra. Elba Alves destacou que, após uma sabatina em Betim e diversas conversas com a comissão do comitê, chegou-se à aprovação do contrato de gestão. Ela enfatizou a felicidade da agência em ser mais uma entidade delegatária mineira do Rio São Francisco, expressando grande satisfação em trabalhar com o CBH-Paraopeba. Afirmou que todos os procedimentos e regramentos relativos ao contrato de gestão, bem como as prestações de contas da agência, estão aprovados, o que confere credibilidade e solidez à entidade para assumir mais um comitê. Ela agradeceu a todos e manifestou o desejo de avançar, aproximando-se cada vez mais do comitê. Destacou a importância da regulamentação estadual e dos procedimentos internos da agência para continuar realizando um trabalho de excelência junto aos comitês afluentes da Bacia do Rio São Francisco. Finalizou parabenizando o Paraopeba, o IGAM e a agência, agradecendo novamente a todos. A presidente em exercício, Natalia Vasconcelos, agradeceu à sra. Elba Alves e em seguida, passou a palavra ao conselheiro José Antônio Melo, representante da ABES. O conselheiro José Antônio manifestou-se dizendo que, de certa forma, a apresentação o deixou um pouco frustrado. Ele esperava mais clareza sobre a interação burocrática entre as entidades e sobre os procedimentos relacionados à transparência e utilização dos recursos. Destacou que, como ainda não possuem nada em andamento, gostaria de entender melhor como se monta o PPA e o POA. Embora uma reunião específica para implementar o grupo de acompanhamento esteja marcada, ele quer saber quais insumos os conselheiros terão para montar esses planos. Sentiu que o papel do comitê não ficou claro e tem dúvidas sobre o processo após a criação do PPA e POA, especialmente sobre a execução das ações e a proteção da população da bacia. A Sra. Elba Alves respondeu que a colocação do conselheiro José foi muito pertinente e esclareceu que a agência será responsável pela elaboração do PPA e POA, baseando-se no plano da bacia hidrográfica do Paraopeba. Explicou que trabalharão ativamente a partir desse plano ao longo do contrato de gestão, especialmente para a elaboração do PPA. Em seguida, passou a palavra a Thiago Campos, gerente de projetos, que trabalhará com o comitê na elaboração desses instrumentos de planejamento após a assinatura do contrato. Thiago Campos, gerente de projetos, iniciou sua fala cumprimentando os presentes e agradecendo ao Antônio Melo. Ele explicou de forma sucinta que a portaria 52 de 2019 fornece subsídios e um regramento básico para a proposta do PPA. Destacou que o comitê trabalha com dois instrumentos fundamentais para balizar a proposta do PPA: o Plano Diretor de Recursos Hídricos e a expectativa de arrecadação e repasse fornecida pelo IGAM. Mencionou que a vigência do PPA coincide com a do contrato de gestão, e que a proposta do comitê é baseada nas ações previstas no Plano Diretor, incluindo despesas de custeio e realização de reuniões. A quantidade de ações a serem realizadas depende da expectativa de arrecadação para o período. O conselheiro José Antônio questionou se a decisão da agência, baseada na previsão de recursos, passa por uma discussão com o comitê, especialmente em relação às prioridades estabelecidas pelos conselheiros. Ele ressaltou a importância da participação política do comitê e a necessidade de discutir as prioridades para garantir que as ações atendam ao benefício geral da população da bacia. José Antônio indagou se haverá um momento para uma participação orgânica e intensa dos conselheiros na definição das ações, respeitando o orçamento e o Plano Diretor. O sr. Thiago Campos respondeu que esta é a primeira vez que estão trabalhando com o Paraopeba e que é importante trazer boas práticas de outros comitês. Mencionou que, devido à insuficiência de recursos para atender todas as demandas da bacia, é necessário estabelecer prioridades em parceria com os comitês de bacia. Explicou que utilizam um procedimento de manifestação de interesse, onde grupos interessados

podem apresentar suas demandas. Ressaltou que a proposta de PPA não indica beneficiários específicos, mas sim investimentos genéricos, como em esgotamento sanitário. A decisão final é feita em tratativas com as câmaras técnicas e chancelada pelo plenário do comitê. Enfatizou a importância da forma participativa e da publicidade sobre a existência dos recursos, convidando os interessados a se prontificarem para serem contemplados. A presidente em exercício, Natália Vasconcelos, agradeceu mais uma vez ao sr. Thiago Campos e a sra. Elba Alves pelos esclarecimentos. O conselheiro Winston Caetano, representante da Veredas e Cerrados, pediu a palavra e destacou que a conclusão do plano diretor em 2018 foi uma conquista significativa. Ele também expressou sua satisfação com a aprovação da contratação da Peixe Vivo, conhecida por seu trabalho em outros comitês, como o do São Francisco e Velhas, além do comitê do Pará. Winston ressaltou a importância de estar atento à implementação do plano diretor, concluído no final de 2018, e mencionou a criação de um comitê gestor pelo Estado e instituições de justiça para acompanhar os acontecimentos dentro da bacia. Ele enfatizou seu envolvimento em grupos que buscam reparação socioambiental na região. Winston alertou para a necessidade de cuidado na construção anual POA e do PPA, agradecendo pelo trabalho realizado e parabenizando pela conclusão do contrato. A presidente em exercício, Natalia Vasconcelos, questionou se havia mais algum conselheiro desejando se manifestar antes de passar para o próximo ponto de pauta. Não havendo, a presidente em exercício passou para o próximo ponto de pauta. **Assuntos Gerais**, a presidente em exercício questionou aos conselheiros presentes se havia algum assunto ou comunicado a ser feito nesse momento, mas não houve manifestações. Não havendo nenhum assunto a ser tratado, a presidente em exercício do comitê, Natália de Vasconcelos Soares Aleixo, declarou encerrada a 36ª (trigésima sexta) reunião extraordinária do CBH Paraopeba, agradecendo a presença de todos. A ata foi lavrada por mim Judson Wesley Lopes de Carvalho Júnior que após ser enviada para os conselheiros será aprovada na reunião seguinte. Betim, 19 de junho de 2024.

**Guilherme da Silva Oliveira**  
Secretário

**Heleno Maia Santos Marques do Nascimento**  
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Heleno Maia Santos Marques do Nascimento, Presidente(a)**, em 19/09/2024, às 09:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **97591591** e o código CRC **E94809AF**.

**Referência:** Processo nº 2240.01.0005893/2024-74

SEI nº 97591591